

INVESTIGAÇÃO

Carne Fraca: o que pesa contra a BRF e a JBS

Deflagrada na sexta-feira 17, a Operação Carne Fraca, a maior da história da Polícia Federal, investiga um suposto esquema de fraude e corrupção em frigoríficos brasileiros, no qual, mediante o pagamento de propina, fiscais do Ministério da Agricultura facilitavam a produção de alimentos adulterados e emitiam certificados sanitários sem realizar a fiscalização de fato.

Entre as mais de 70 empresas investigadas, com autorização do juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, estão a JBS e a BRF, duas gigantes brasileiras que dominam o mercado nacional e exportam grandes quantidades de carnes para todo o mundo.

No fim de semana, o governo Michel Temer mobilizou-se para evitar que a investigação provoque grandes danos em um setor da economia considerado essencial para o País. A empreitada será, no entanto, complexa.

Na segunda-feira 20, a Coreia do Sul e o Chile baniram temporariamente as importações da BRF e vão intensificar a fiscalização de carne de frango importada do Brasil. A União Europeia, por sua vez, pediu que o Brasil suspenda exportações pelos frigoríficos citados na investigação.

A seguir, entenda quais são as acusações que pesam contra cada uma das gigantes nacionais.

JBS, DONA DE MARCAS COMO BIG FRANGO, FRIBOL, MATURATTA, SWIFT E SEARA

As marcas da JBS acusadas de envolvimento no escândalo são a Big Frango e a Seara. No caso da Big Frango, quem aparece no esquema é Roberto Mülbert, apontado pela PF como representante do Frigorífico Big Frango, de Rolândia (PR). Em um diálogo interceptado pela PF, Mülbert conversa com Maria do Rocio Nascimento, funcionária do Ministério

da Agricultura apontada como uma das líderes do esquema.

Na conversa, Mülbert pede orientação a Nascimento a respeito da utilização de embalagens antigas, confeccionadas antes de a empresa mudar de nome, em produtos novos. No meio do diálogo, o representante da Big Frango pergunta a Nascimento se ela "recebeu as asinhas". Para a PF é um indício de que Mülbert pagava propina para a fiscal. A sede da Big Frango foi alvo de um mandado de busca e apreensão e Roberto Mülbert foi conduzido coercitivamente para prestar depoimento.

No caso da Seara, o envolvido é Flavio Evers Cassou, apontado pela Polícia Federal com "executivo da JBS", mas que seria médico veterinário da companhia. Segundo os investigadores, Cassou tinha "relação quase societária" com Maria do Rocio Nascimento e "reiteradamente agracia a estimada amiga com lotes de carnes, produtos e dinheiro". Assim como a fiscal do Ministério da Agricultura, Cassou foi preso preventivamente.

Por causa de um diálogo travado entre Cassou e Eraldo Cavalcanti Sobrinho, outro fiscal preso preventivamente por ordem da Justiça, a PF conclui que o veterinário da Seara obtinha certificado de exportação de alimentos sem que as fiscalizações fossem de fato realizadas.

De acordo com a PF, a conversa entre os dois é exemplo de "muitos diálogos (que mostram que) certificados já preparados pelos próprios funcionários das empresas eram levados até fiscais do MAPA apenas para a colheita de suas assinaturas, que eram apostas e, em geral, como agradecimento, o fiscal recebia uma 'caixa' com alimentos e/ou pagamentos em dinheiro pela facilitação – ou mesmo dispensa – da fiscalização na empresa."



PRESO na "Operação Carne Fraca" é levado para a superintendência da PF em São Paulo

A JBS disse que as unidades que foram alvo da operação da PF são as de Rolândia e da Lapa, ambas no Paraná, e de Goiânia, mas destacou que "nenhuma planta foi interdita pelas autoridades". Em comunicado, a JBS destacou que é "a maior empresa de proteína no mundo", exporta para 150 países, disse ser "a maior interessada no fortalecimento da inspeção sanitária no Brasil" e afirmou que os "casos citados na imprensa sobre produtos adulterados não envolvem nenhuma das marcas da JBS".

BRF, DONA DAS MARCAS SÁDIA E PERDIGÃO

O funcionário da BRF de mais alto escalão investigado na Operação Carne Fraca é Roney Nogueira dos Santos, gerente de Relações Institucionais e Governamentais da BRF. Ele foi preso preventivamente no sábado 18, no Aeroporto de Guarulhos (SP), ao voltar de uma viagem de trabalho para a África do Sul.

Há duas grandes acusações contra Santos. A primeira foi flagrada em uma conversa interceptada entre o gerente da BRF e Daniel Gonçalves Filho, fiscal do Ministério da Agricultura apontado pela PF como o líder da quadrilha investigada.

No diálogo, Gonçalves Filho cobra Santos a respeito de recibos

falsos que deveriam ser entregues a Maria do Rocio Nascimento, outra fiscal do ministério integrante do esquema. Maria do Rocio viajou para três países europeus (Holanda, Bélgica e Alemanha) para uma inspeção que culminou em liberação, por parte do governo, para que a BRF aumentasse a velocidade de abate de aves em suas plantas, de 10 mil para 12 mil aves por hora. A viagem foi paga pela BRF e Nascimento estava ameaçada de perder o cargo por conta disso. Os recibos falsos de reembolso a ajudariam a se livrar da investigação.

Mais grave é a acusação de que Roney negociou com Dinis Lourenço da Silva, superintendente do Ministério da Agricultura em Goiás, a manutenção do funcionamento de um frigorífico em Mineiros (GO) mesmo diante de um parecer que recomendava seu fechamento. A transação foi flagrada em diversos diálogos interceptados e, após a definição de que o frigorífico permanecerá aberto, Roney prometeu a Dinis apoio financeiro nas eleições municipais, para que este pudesse doar a um candidato que o ajuda em Goiânia.

A PF pediu o fechamento da unidade de Mineiros, mas o juiz responsável pela Operação Carne Fraca negou, remetendo a decisão

para o Ministério da Agricultura, que incluiu o frigorífico na lista de 21 fechados temporariamente após a deflagração da ação.

O frigorífico de Mineiros surge novamente no inquérito da PF quando os investigadores destacam diálogos entre André Luis Baldissera, apontado como diretor da BRF, e duas pessoas não identificadas nos quais é discutida a retenção de contêineres da empresa com produtos exportados para a Europa. Nos produtos fabricados em Mineiros foi encontrado um dos tipos da bactéria salmonella, e os interlocutores debatem formas de evitar que o fato acarrete problemas, como, por exemplo, mudar o porto de entrada na Europa da Itália para a Holanda. Para a PF, esses diálogos comprovariam as más condições do frigorífico goiano.

Em comunicado, a BRF afirmou que "não compactua com práticas ilícitas" e que "tomou imediatamente as medidas necessárias para a apuração dos fatos". Ainda segundo a empresa, o tipo de salmonella encontrado nos contêineres enviados para a Itália é Saint-Paul, "tolerado pela legislação europeia para carnes in natura". A empresa diz que se defendeu do caso tanto diante de autoridades europeias quanto do Ministério da Agricultura e afirma: "Reitera que todas as medidas tomadas pela empresa e seus técnicos estão plenamente de acordo com os mais elevados níveis de governança e compliance e de forma nenhuma ferem qualquer preceito ético ou legal do Brasil e dos países para os quais a BRF exporta seus produtos".

"CARNE COM PAPELÃO"

A BRF também é alvo da acusação de que haveria papelão em carne moída para fazer salsichas. A PF divulgou uma conversa de dois funcionários da empresa, um deles gerente de produção. No

qual eles discutem a colocação de papelão "dentro do CMS".

Funcionário da BRF: o problema é colocar papelão lá dentro do CMS também, né. Tem mais essa ainda. Eu vou ver se consigo colocar em papelão. Agora se eu não consegui em papelão, daí infelizmente eu vou ter que condenar.

Luiz Fossati (gerente de produção da BRF): Ai tu pesa tudo que nós vamos dar perda. Não vamos pagar rendimentos isso.

A CMS é a carne mecanicamente separada, usada para embutidos. Segundo a PF, os funcionários estariam discutindo colocar o papelão dentro da carne. A empresa refutou a ideia, dizendo que "não há papelão algum nos produtos da BRF" e que "o funcionário estava se referindo às embalagens do produto e não ao seu conteúdo". "Quando ele diz 'dentro do CMS', está se referindo à área onde o CMS é armazenado. Isso fica ainda mais claro quando ele diz que vai ver se consegue 'colocar EM papelão', ou seja, embalar o produto EM papelão, pois esse produto é normalmente embalado em plástico", diz a empresa.

Em entrevista à BBC Brasil, o médico veterinário e especialista em carnes Pedro Eduardo de Felício, da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, disse acreditar que não houve inclusão de papelão no processamento da carne. "Acho muito difícil isso ter acontecido. O que ocorre é que tem áreas dentro das indústrias que são chamadas de áreas limpas, onde não podem entrar embalagens secundárias, como caixas de papelão", explicou.

"Na gravação que ouvi, duas pessoas falavam em entrar com uma embalagem de papelão na área limpa. Evitar papelão nessas áreas faz parte das boas práticas de manufatura, mas não fazer isso não é o mesmo que usar papelão dentro da salsicha", afirmou. (Carta Capital)